

ESCOLA, POLÍTICA E PODER LOCAL: ANTECEDENTES DO PRIMEIRO GINÁSIO PÚBLICO DE SOROCABA.

Júlio Gonçalves.
Jorge Luis Cammarano González.
Universidade de Sorocaba (UNISO)

RESUMO:

Este escrito problematiza: que relações e mediações entre a escola, a política partidária e o poder local produzem historicamente os antecedentes que originam o surgimento do primeiro ginásio público de Sorocaba? Uma possível resposta a essa indagação requer abordar a dinâmica da política partidária no município de Sorocaba como processo que potencializa a institucionalização da educação escolar pública. Mas também exige examinar o processo que antecipa a criação do primeiro ginásio público sorocabano, circunscrito às transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizam as primeiras décadas do século XX no município. Com base nessas observações apresentamos dados correspondentes ao sistema de educação escolar de Sorocaba, especificamente aqueles relativos ao Ensino Primário e ao Ensino Secundário. Trata-se de caracterizar, minimamente, o processo de formação desses sistemas de ensino perpassado por condicionantes que remetem às políticas desenvolvidas pelo Estado republicano e se articulam à dinâmica dos interesses que configuram o poder político local na busca de discernir nas tensões e ambigüidades entre essas processualidades a emergência de um contexto que fomenta a criação do primeiro ginásio público de Sorocaba.

Palavras-chave: Educação Escolar. Partidos Políticos. Poder local. Sorocaba.

SCHOOL, POLITICS AND LOCAL POWER: ANTECEDENTS OF THE FIRST PUBLIC HIGH SCHOOL OF SOROCABA.

ABSTRACT:

This writing argues over: which relations and mediations among the school, the party politics and the local power historically produce the antecedents that originate the appearance of the first public middle and high school in Sorocaba? A possible answer to that query requires approaching the dynamics of the party politics in the municipal district of Sorocaba as a process that potentiates the institutionalization of the public school education. But it also calls for examining the process that advances the creation of the first public middle and high school in Sorocaba, bounded to the political, economical and social transformations that characterize the first decades of century XX in the municipal district. Based on those observations, we present data corresponding to the school education system in Sorocaba, specifically those concerning the Elementary and High School education. It aims at characterizing, meticulously, the formation process of those education systems passed over by conditioning factors that lead us to the policies developed by the republican State and are articulated along with the dynamics of the interests that configure the local political power in the search of discerning, within the tensions and ambiguities among those proceduralities, the emergency of a context that foment the creation of the first public middle and high school of Sorocaba.

Key-words: School Education. Political Parties. Local power. Sorocaba.

Este escrito problematiza: que relações e mediações entre a escola, a política partidária e o poder local produzem historicamente os antecedentes que originam o surgimento do primeiro ginásio público de Sorocaba? Uma possível resposta a essa indagação requer abordar a dinâmica da política partidária no município de Sorocaba como processo que potencializa a institucionalização da educação escolar pública. Mas também exige examinar o processo que antecipa a criação do primeiro ginásio público sorocabano, circunscrito às transformações políticas, econômicas e sociais que caracterizam as primeiras décadas do século XX no município.

A exposição do texto expressa o seguinte itinerário: num primeiro momento caracterizamos a educação escolar em Sorocaba nas primeiras décadas do Século XX, detendo nossa atenção no Ensino Primário e no Ensino Secundário. A seguir abordamos o contexto político-partidário que potencializa a criação do primeiro ginásio público de Sorocaba. Por fim reconhecemos que a busca de uma possível resposta ao problema supracitado não pode ser desvinculada das transformações econômicas e das ações dos grupos sociais representativos dos embates e tensões derivadas desse processo histórico.

1. Caracterizando a Educação Escolar em Sorocaba.

Apresentamos a seguir dados correspondentes ao sistema de educação escolar de Sorocaba, especificamente aqueles relativos ao Ensino Primário e ao Ensino Secundário. Trata-se de caracterizar, minimamente, o processo de formação desses sistemas de ensino perpassado por condicionantes que remetem às políticas desenvolvidas pelo Estado republicano e se articulam à dinâmica dos interesses que configuram o poder político local. E de discernir nas tensões e ambigüidades entre essas processualidades a emergência de um contexto que fomenta a criação do primeiro ginásio público de Sorocaba.

1.1 O Ensino Primário.

Um documento do setor de Higiene e Instrução do Estado datado de 1929, endereçado à *Directoria Geral*, com os resultados do trabalho desenvolvido para a *prophylaxia do tifo amarello*, utiliza-se do grande número de escolas e de alunos no município como justificativa para o fato de ter descuidado da higiene escolar durante a execução daquela tarefa. Depois de informar que a maioria das escolas havia sido visitada, todos os alunos tinham sido vacinados e haviam sido isolados os casos de moléstias *transmissíveis e repugnantes*, o relatório lista as instituições escolares e o total de estudantes em cada uma, mas antes observa que:

A população escolar é muito grande, pois, além da Escola Normal, do Gymnasio, da Escola Profissional, da Escola de Comércio e vários estabelecimentos particulares, existem em Sorocaba 5 grupos escolares e muitas escolas isoladas, como se pode ver pela lista que se segue (PROJETO MEMÓRIA, 2004).

Na lista, contam-se 3.959 alunos matriculados em instituições públicas, sendo elas cinco grupos escolares, quatro escolas reunidas (noturnas) e 38 escolas isoladas, das quais 26 rurais e 12 urbanas.

Esses três tipos de escola compunham o sistema escolar público paulista no tocante ao ensino primário ou preliminar, sendo *escolas isoladas* aquelas com classe única, *reunidas* as formadas por agrupamento de classes – ambas com cursos de dois anos nas áreas rurais e três anos nas zonas urbanas - e *grupos escolares*, as instituições com classes

seriadas, cursos com duração de quatro anos e uma direção geral. Estes últimos ocupavam o topo do sistema, mas no final da Primeira República ainda sofriam com o resultado de uma reforma implantada em 1920 no ensino paulista, considerada por Nagle (1976, p. 192) como a primeira e mais radical das alterações feitas nos sistemas escolares estaduais de todo aquele decênio.

Cabe observar no âmbito das diretrizes que orientam a política educacional no referido período que a divisão de competências entre os planos federal e estadual na organização da instrução pública, nascida no bojo da primeira Constituição republicana, transferiu ao segundo a responsabilidade pela difusão do ensino primário. É nesse contexto que São Paulo produz, por intermédio de Sampaio Dória, que assumira a direção geral da Instrução Pública no Estado a convite de Washington Luis, um dos mais marcantes exemplos do *entusiasmo pela educação*.

Tratou-se de uma tentativa, através da lei 1.750 regulamentada pelo Decreto 3.356 de maio de 1921, de ampliar a rede escolar pública e reduzir o analfabetismo, através de três inovações: a idade escolar mínima passou dos 7 aos 9 anos – o que teria sido uma das causas demissão do diretor geral, contrário à tal ampliação –; o período de escolarização primária obrigatório e gratuito caiu para dois anos; e os programas de ensino dos grupos escolares foram reduzidos, assim como o número de classes e alunos, o que teria contribuído para o *empobrecimento* da sua qualidade que duraria até o final da República Velha.

A reforma vigorou até dezembro de 1925, mas a partir dela se fizeram adaptações que perduraram até o fim da Primeira República. Em uma de suas conclusões num detalhado estudo sobre as Reformas de 1920, Antunha afirma ter constatado que:

Embora grande número das inovações de 1920 tenham sido melancolicamente revogadas a partir de 1925, atingidas que foram pela oposição fundamentalmente dirigida ao ensino primário, a verdade é que o impacto por elas acusado e sobretudo a filosofia da renovação então introduzida permaneceram influentes por muito tempo e estimularam a reflexão pedagógica de novos estudiosos, levaram à formulação de novos pontos de vista favoráveis à mudança e proporcionaram elementos para o reexame dos mais sérios problemas da educação nacional. (ANTUNHA, 1976, p. 209)

Foi também, segundo Nagle, uma das mais injustiçadas dentre as reformas estaduais que pontilharam os anos 20 do século passado pelas críticas que recebeu, embora historicamente tenha sido uma das mais importantes por melhor ter sintetizado sua época:

Essa foi a única que resultou da prévia apresentação de princípios doutrinários, de natureza política, claramente expostos, bem como é a única em que se percebe a total sincronia entre os elementos que informaram e definiram o significado central das medidas adotadas e os elementos de natureza histórica e ideológica que melhor caracterizam a ambiência social do tempo. (NAGLE, 1976, p. 192)

Por intermédio dessa reforma, concretizaram-se no campo educacional as aspirações da Liga Nacionalista desenhada em meados da década anterior e marcada pelo ideário de republicanização da República, de elevação intelectual e moral de amplas camadas populares e formação de uma consciência cívico-patriota. Ideologia presente mesmo após a adoção de medidas que a descaracterizaram como, por exemplo, a reforma de 1927. Essa reforma tornou o ensino primário obrigatório e gratuito para crianças de 8, 9

e 10 anos e facultativo para as de 7, 11 e 12 anos, com base em estatísticas que comprovavam ser esta a faixa etária mais atendida, como constatou um estudo sobre a ordenação do tempo no ensino público paulista entre 1892-1933, atentando para a importância desse registro para nos situarmos em relação à idade que deveria ser atendida pelo secundário:

De fato, a média das idades dos alunos registrada pela diretoria de ensino e as análises de livros de matrícula mostram que, no período aqui estudado, as crianças entravam mais tarde na escola, a maior parte com 8 ou 9 anos de idade. Muitas crianças principiavam sua escolarização tardiamente aos 12, 13 ou 14 anos. Por isso, o término do curso primário ocorria no início da adolescência, aos 14, 15 e 16 anos, não coincidindo, pois, com a idade escolar de 12 anos, limite obrigatório. (SOUZA, 199, p. 132)

Em Sorocaba, aqueles ideais nacionalistas aparecem em padrões de pensamento, mas não nos padrões de realização do poder público. O primeiro grupo escolar público da cidade foi criado em 1896, por sugestão de um comerciante e vereador, Antonio Padilha de Camargo, que dá nome à escola. E com a finalidade de atender a uma classe social bem definida, pois “a elite sorocabana freqüentou a escola particular até 1896, quando da inauguração do primeiro Grupo Escolar”, como constatou Menon (1998: p.94) em sua tese sobre a história da educação sorocabana no período de 1889 a 1906. Enquanto isso, no mesmo ano de 1896, começava a funcionar o primeiro curso primário noturno e gratuito da cidade, mantido pela Loja Maçônica Perseverança III, uma instituição com forte presença na sociedade local e que assim levava adiante os ideais republicanos que o Estado apesar de proclamá-los, negligenciava.

A criação aconteceu em 23 de setembro de 1896, sendo designado para a tarefa Amaro Egidio de Oliveira e João Clímaco de Camargo Pires. O início das atividades ocorreu em 15 de novembro daquele ano. Pesquisas de Rogick Vieira, nas edições do jornal O 15 de Novembro, no início do século XX, confirmam o pioneirismo da Perseverança III na introdução do ensino gratuito e noturno na cidade. (SOROCABA, 350 anos 2004, p.183)

Somente em 1910, Sorocaba vai ter uma escola noturna pública gratuita. Ainda assim, em horário de funcionamento não compatível com a jornada de trabalho dos operários, o que servia como argumento para um jornal, que se tornou porta-voz da classe trabalhadora da época, denunciar a exploração a que eram submetidos os trabalhadores pelas indústrias:

As escolas noturnas, criadas e mantidas pelo Governo do Estado, segundo o regulamento, devem abrir-se às 6 horas da tarde, fechando-se às nove da noite. Eis aqui o ponto capital de nossa queixa; não do horário, pois não só o aprovamos como o achamos magnífico, mas da dificuldade que daí advém para os operários os freqüentarem, devido ao adiantado da hora em que largam o serviço. As fábricas de tecidos Santa Maria e Santa Rosália trabalham até as oito e meia da noite (!!!), a da Nossa Senhora da Ponte até às sete, a fábrica de Chapéus até às cinco e meia da tarde. Diante de um horário tão cômodo como rendoso para os patrões, nenhum operário poderá freqüentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia. De que modo e com que tempo um operário poderá

freqüentar as escolas noturnas, do que resultará a sua nenhuma eficácia.
(O OPERÁRIO 2 out 1991, p.1)

O segundo grupo escolar, *Visconde de Porto Seguro*, só foi instalado 18 anos depois, em 1914, já sob o domínio do *vergueirismo*, como ficou sendo denominado o período em que a política sorocabana esteve sob o comando de Luiz Pereira de Campos Vergueiro, como veremos mais adiante, quando abordarmos a questão. O terceiro grupo escolar, de 1919, levou o nome de *Senador Vergueiro* em homenagem ao bisavô dessa personagem da política local.

O tom um tanto quanto entusiasta do relatório do departamento de Higiene e Instrução Escolar de 1929, portanto, serve mais como justificativa para a negligência na execução de uma tarefa do que uma preocupação com a fidelidade estatística, já que a expansão do ensino público em Sorocaba não chega a ser significativa durante a década de 1920. O crescimento no total de grupos escolares, por exemplo, esteve dentro da média nacional, pois, segundo Nagle, entre 1919 e 1929 constatou-se um aumento de 65,7% no total de escolas públicas no país. Em 1919, um relatório da Prefeitura Municipal apontava a existência de 36 instituições escolares públicas (MENON, 1997, p.43), pouco menos do que se registra dez anos depois, a elas acrescentando-se quatro escolas reunidas.

O que chama a atenção naquele relato é a referência às escolas secundárias, como *Gymnasio*, a Escola Normal e a Profissional, uma vez que esses estabelecimentos, cuja criação era recente, sequer estavam sob a alçada daquela inspetoria. E da forma como aparecem no texto, denotam certa superioridade em relação às escolas primárias, pois “é além delas” que a cidade possui as outras instituições em que foi feito o serviço de profilaxia. O que dá margem para interpretarmos ser esse também um sinal de que a abertura desses estabelecimentos foi o fato que marcou a educação sorocabana naquele período: “Pode-se dizer que o grande ciclo estudantil começou em 1929, com a fundação do Ginásio. Ao terminar o período do prefeito João Machado de Araújo em 1930, existiam três grandes escolas”. (ALMEIDA, Cruzeiro do Sul, 6 set 1969, p. 32)

Tal constatação exige, assim, que se conheça o desenvolvimento desse grau de ensino no município, em busca de melhor contextualizar o significado daquelas escolas para a sociedade local.

1.2 O Ensino Secundário

Até a fundação de seu primeiro ginásio público, em 1928, Sorocaba teve muitos ginásios privados, ligados majoritariamente à religião católica, mas todos abriam a fechavam com rapidez. A única iniciativa do poder público local para a implantação e manutenção de uma escola secundária havia sido registrada ainda durante o Império, pois, em um resumo sobre a história do ensino, ao referir-se ao então denominado 2º Grau, Almeida, considerado uma das principais fontes de referência na pesquisa da história local observa que:

o município entrou à interessar-se por esse ensino em 1887, fundando o Liceu Sorocabano, com um só mestre, o prof. Artur Gomes. Pouco durou. Em 1910 e 1911 funcionou um outro com o nome de ginásio. Era o Ginásio Sorocabano. (Cruzeiro do Sul, 6 set.1979, p. 32)

Para o grupo de dissidentes do Partido Republicano, representativo, como veremos posteriormente, de uma classe que emergia no cenário econômico, o Ginásio Sorocabano teria sido a única ação da facção então no poder - *os vergueiristas* - em favor do ensino secundário, como acusariam na batalha travada no final dos anos 20 pela criação de um

ginásio municipal. Mas essa não era uma instituição pública e sim privada e, embora tal ligação não tenha sido explicitada à época, é possível deduzir que as motivações para tal ajuda foram fruto de interesse claramente político: seu proprietário era um Vergueiro e o auxílio coincide com o início da escalada do vergueirismo no controle do poder político local.

No mesmo ano da fundação do Ginásio, em 1909, o então Prefeito, João Clímaco de Camargo Pires, edita a Lei 83, estabelecendo em seu artigo 1º, uma subvenção municipal de 27 contos e 600 mil réis anuais pelo período de dez anos, mesmo tempo em que, conforme o artigo 2º, a escola ficaria livre de todos os impostos cabíveis ao fisco, “inclusive taxa de água e esgotos” (MENON, 1998, p. 97). Em contrapartida, durante esse tempo o Ginásio se comprometeria a manter gratuitamente seis alunos externos pobres, indicados pela Prefeitura.

O Ginásio Sorocabano deixou de funcionar três anos depois e a responsabilidade pelo seu fechamento foi atribuída à Reforma feita pelo Governo Federal, como sustentariam posteriormente as lideranças locais na argumentação em favor do ginásio público no debate que iria surgir no final da década de 20. Conforme relata Rogich Vieira, transcrevendo trechos de um artigo escrito por João Padilha de Camargo, este, ao justificar a luta por uma escola secundária pública, aponta para a necessidade de preencher uma lacuna:

Existiu e funcionou, de 1909 a 1911, o Ginásio Sorocabano, equiparado oficialmente, sob a competente direção do Dr. César Lacerda de Vergueiro, hoje deputado federal, com ótimo corpo docente estipendiado pela Câmara Municipal, mediante matrícula gratuita de alunos pobres. [...] e no 3º ano de função, quando foi suprimido ex-vi da perniciosa Lei Rivadávia, já havia grande número de candidatos à matrícula, contando-se entre estes cento e tantos pedidos para o internato, sendo cerca de 200 o total dos alunos freqüentes. (VIEIRA, Cruzeiro do Sul, 2 fev. 86, pág 24)

De fato, tal lei, como observa Otaiza de Oliveira Romanelli, significou um verdadeiro retrocesso. “Outras reformas se seguiram a essa”, diz ela referindo-se à proposta por Benjamin Constant que nem chegou a ser implementada, mas não lograram acarretar nenhuma mudança substancial no sistema. Algumas delas, como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, chegaram até a ocasionar um retrocesso na evolução do sistema, em virtude de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos e suprimir o caráter oficial do ensino, o que trouxe resultados desastrosos. (ROMANELLI, 1997, p. 42).

Contudo não se pode acusar apenas a ingerência federal pela precariedade do ensino secundário em Sorocaba durante a Primeira República. Antes ou depois da Lei Rivadávia, poucas iniciativas foram registradas nesse campo. Em 1896, foi fundado o Colégio Diocesano, mantido pela Diocese paulistana, à qual Sorocaba pertencia. Era pago e fechou um ano depois, por causa de um incêndio.

Em 1900, registra Viera (Cruzeiro do Sul, 2 fev. 1986), surgiu o Externato João de Deus, de propriedade do professor João Teixeira Ferreira Junior, que também teve vida efêmera. Entre 1901 e 1907, padres agostinianos abriram, no mesmo prédio onde funcionou o Colégio Diocesano, o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que durou seis anos e foi hostilizado pelos jornais locais porque os padres que o dirigiam, que posteriormente transferiram-se para São Paulo, eram “espanhóis que fugiram da sua Pátria”.

Ainda em 1901, por iniciativa da Loja Maçônica Perseverança III, houve uma tentativa de criar uma escola secundária gratuita. Também chamada de Liceu Sorocabano, em referência ao estabelecimento congênere de quase 15 anos antes, não prosperou por falta de apoio oficial – a única ajuda obtida foi a doação feita pela Câmara Municipal dos móveis utilizados no primeiro Liceu Sorocabano. Como o estabelecimento funcionava no mesmo prédio da escola primária noturna mantida pela maçonaria e esta tinha grande procura, não havia espaço para acomodar os dois cursos, razão pela qual, segundo Aleixo Irmão, o Liceu foi desativado em 1904 (SOROCABA, 350 anos...ago. 2004, p.184).

Depois disso, os padres beneditinos fundaram um Colégio São Bento, que pouco durou.

As duas únicas instituições de ensino complementar que vingaram ao longo da Primeira República, perdurando após a implantação do primeiro ginásio público, foram resultado da iniciativa privada: a Escola do Comércio, hoje Organização Sorocabana de Ensino (OSE), escola técnica implantada em 1924, e o atual Colégio Santa Escolástica.

Por essa razão, no prólogo de uma série de artigos sobre a implantação do Ginásio Municipal, Viera conclui que o ensino secundário em Sorocaba sempre foi deficiente até a década de 1930.

O desinteresse pela expansão do ensino secundário por parte do grupo que estava no poder, e que pode justificar essa deficiência, também fica evidente, no seguinte registro:

O engodo político não conhecia limites. O deputado estadual ‘Dr. Campos Vergueiro’ durante a campanha encetada pelo jornal, assumia perante a Câmara Municipal o compromisso de continuar a trabalhar junto aos poderes constituintes do Estado, cada vez com mais empenho, para que a justa ambição do povo sorocabano de possuir um estabelecimento em que a sua juventude e a dos municípios vizinhos possam se ilustrar, torne-se dentro em breve uma realidade. Entretanto, em 18 de outubro de 1912, na seção da Câmara dos Deputados, o mesmo parlamentar, durante as discussões, apresentava o projeto de lei nº 29, em que pedia a criação de quatro escolas preliminares, e somente elas, para a cidade. (menON, 1998, p. 39)

Atitudes como essa talvez ajudem a compreender por que a escolarização secundária se transformou na principal expressão do confronto entre as duas facções locais do Partido Republicano Paulista, que lutavam pelo controle do poder ao final da Primeira República. Essa mediação exercida pela escola fica evidente em diversos momentos. Um exemplo: embora o primeiro revés do grupo político dominante tenha sido registrado em 1925, quando o antivergueirista Gustavo Schreppel foi eleito vereador, a extirpação da ala de apoio a Luis Vergueiro da cúpula da facção local do partido vem associada à “primeira notícia que se tem de alguém pedindo a fundação de um Ginásio Municipal em Sorocaba” segundo Vieira (CRUZEIRO DO SUL – 23 fev. 1986, p. 27).

No dia 8 de agosto de 1927, o enviado do governador Julio Prestes, deputado Bernardo Junior, que na véspera havia costurado o acordo pelo qual apenas dois vergueiristas permaneciam na direção do partido, dá posse à nova direção. E ouve do vice-presidente empossado, como primeira reivindicação da nova direção do PRP, o pedido para criação de escolas secundárias na cidade:

Falou o sr. cel. João Padilha sobre a necessidade que se apresenta, desde há muito tempo em Sorocaba, da criação de uma escola secundária. [...] A

fundação em Sorocaba de um ginásio, uma escola normal ou uma instituição profissional é velha e justa aspiração do nosso povo. Devemos considerar que é um dos problemas mais difíceis para os pais a educação dos seus filhos nesta cidade. Se a família tem recursos e pode mandá-los para fora, a despesa que faz para o custeio deles é considerável, além das preocupações naturais que a separação lhes dá. Muitas famílias sorocabanas têm sido obrigadas a se mudar para outras cidades por esse motivo. Aqui em Sorocaba só há instrução primária e as tentativas particulares para a organização de um curso secundário encontram, como é óbvio, vários empecilhos de ordem material (Correio DE SOROCABA 14 ago. 1927, p.1)

Pela justificativa apresentada pelo orador, o estabelecimento seria dirigido às famílias em condições de arcar com os custos para os filhos estudarem fora e que, por causa disso, estavam se mudando da cidade e, contraditoriamente, minando as bases de sustentação no poder da elite que representavam:

No final de década de 1920, a falta de um curso ginásio em Sorocaba se tornara insuportável. Ela prejudicava até mesmo os líderes do vergueirismo que ou se conformavam em ver truncada a escolarização dos seus filhos ou se mudavam para outras cidades para que eles pudessem continuar estudando – como fizeram, respectivamente, em 1915, 1916 e 1926, João Clímaco de Camargo Pires, Carlos Malheiros Oeterer e Joaquim Firmiano de Camargo Pires, que transferiram residência para Itapetininga, Campinas e São Paulo. A eleição de Julio Prestes para a Presidência do Estado, em 1927, abre uma dissidência no poder político local, criando a possibilidade de que uma liderança progressista – João Machado de Araújo, cuja esposa, dona Amélia César Machado de Araújo era ligada por laços de parentesco com o governador – pudesse minar progressivamente a monolítica liderança de Luis Vergueiro, que se opunha aos avanços educacionais desejados. (Sorocaba 350 anos... 2004, p. 187).

E em Sorocaba a procura da elite por uma escola secundária deveria ser grande. Tanto que, na edição de 8 de janeiro de 1918, o *Correio* traz na segunda página, em meio a *reclames* de depurativos e fortificantes, um anúncio do Internato Modelo de São Paulo, *reconhecido pelo Governo Federal, decreto 5618*, oferecendo vagas para os estudantes sorocabanos. *Optima localização, ensino garantido por especializado corpo docente – enviam-se prospectos a pedido. Cursos commercial e gymnasial.*

Entender o que acontece com a política local durante esse período, portanto, torna-se fundamental para melhor compreender os antecedentes que caracterizaram a criação do primeiro ginásio público sorocabano.

2 A política em Sorocaba

Na Sorocaba de fins dos anos 20, a política estava polarizada entre os apoiadores do senador Luis Pereira de Campos Vergueiro e um grupo de opositores que clamavam pela renovação de quadros do PRP e, conseqüentemente, do poder político local, já que a democracia da época estava assentada num único partido, cujos interesses se fragmentavam. E nesse aspecto, Sorocaba, guardadas obviamente as peculiaridades locais, reproduzia fielmente o que acontecia em dimensão nacional.

Luis Pereira de Campos Vergueiro pertencia à quarta geração de descendentes do imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que teve uma importante participação na política durante o Império.

Nascido em Valporto, um termo de Bragança, Nicolau formou-se bacharel em direito pela Universidade de Coimbra em 1801 e no ano seguinte, com 22 anos de idade, imigrou para o Brasil (AMARAL, 1980, p. 478). Vinte anos depois, fazia parte do governo provisório da Província, na condição de deputado da agricultura. Conforme um sítio ligado ao Instituto Brasileiro de Genealogia, sua árvore genealógica é uma das maiores do Brasil, envolvendo mais de 950 outras famílias, que se cruzaram em 2.671 casamentos.

A forte ligação de Vergueiro com o setor agrícola pode ser ressaltada quando de sua participação no Senado, em 1850, em um debate sobre a conveniência ou não de o Estado custear a vinda de colonos europeus para a lavoura cafeeira. Como escreve Robert W. Slenes em *História da Vida Privada no Brasil*:

Um choque exemplar entre as duas correntes que tentavam controlar a política governamental e captar as verbas oficiais destinadas à imigração ocorreu dois anos antes no Senado. A primeira estocada fora dada pelo Senador Vergueiro, político de grande influência, proprietário de fazendas de café em Limeira e Rio Claro, no Oeste paulista, e um dos mais destacados porta-vozes dos fazendeiros no Parlamento. [...] A seu ver, o governo deveria subvencionar as passagens dos imigrantes que desejassem vir trabalhar nas fazendas brasileiras. (Slenes, 1997, p. 297,298)

Mas para sua época, o patriarca dos Vergueiros tinha idéias avançadas. Segundo Nelson Werneck Sodré, ele foi

um dos próceres da Independência do Brasil e da Revolução de 1831, foi desde a primeira metade do século XIX, em condições adversas, uma das figuras eminentes entre as que, aqui, possuíam um pouco daquele espírito do capitalismo, que caracteriza o burguês(...). (Sodré, 1976, p. 91).

Vergueiro, diz o autor, foi grande proprietário e produtor de café, o primeiro a usar arado no Brasil e em 1857 instituiu um modelo de parceria com colonos alemães e suíços que, embora não tenha dado certo, não tira o mérito “desse típico representante de uma classe em que se iniciava o processo de aburguesamento, nos moldes que o meio e a época permitiam”. Foi ele o fundador da Fazenda Ibicaba, em Limeira, sede da primeira e uma das mais importantes colônias de imigrantes europeus do Brasil.

Seu neto, também chamado Nicolau Pereira Campos Vergueiro e que, por sua vez, era filho de um outro Luiz Pereira de Campos Vergueiro, não seguiu o mesmo caminho político: aos dez anos, foi morar com dois irmãos na Alemanha e só voltou ao Brasil com 26 anos, formado em medicina pela Universidade de Berlim. Clinicando entre São Paulo e Rio, acabou voltando para a Áustria em 1881. É aí que nasce, no ano seguinte, seu primogênito, Luis Pereira de Campos Vergueiro. Com o filho doente, volta para o Brasil em busca de um clima adequado à sua recuperação. Acaba vindo parar em Sorocaba, onde funda uma clínica para convalescentes que teria sido a primeira do gênero no interior da Província. O grau das relações sociais dos Vergueiro pode ser medido pelos frequentadores dessa clínica. Famílias como Silva Prado, Souza Queiroz, Paes de Barros, Almeida Prado, entre outras, costumavam utilizar seus serviços.

Portanto, talvez não tenha sido uma simples coincidência que fez com que o bacharel Luis Pereira de Campos Vergueiro fosse nomeado, em janeiro de 1905, Promotor

Público em Sorocaba apenas 15 dias depois de sua formatura pela Faculdade de Direito de São Paulo. Seu interesse pela política parece ter se manifestado já aí: foi um dos idealizadores do Centro Acadêmico XI de Agosto, no qual ocupou o cargo de presidente um ano antes de sua nomeação para a Promotoria.

A partir de sua atuação em Sorocaba, Vergueiro foi deputado e senador no Congresso Legislativo do Estado e vereador na Câmara Municipal de 1913 a 1929. Ocupou efetivamente o poder regional praticamente durante toda a segunda metade da Primeira República.

É preciso considerar, ainda, que a o *vergueirismo* foi uma herança política recebida de outro *cacique*, o que significa uma continuidade ao grupo político que iniciou o século XX no poder local. Em 1901, uma crise no partido dividiu o PRP local entre os blocos situacionista, comandado por Nogueira Martins, e dissidentes, cuja principal liderança era a família Pires Camargo que, em 1903, monta o jornal *Cruzeiro do Sul* para alimentar os ataques à situação.

Porém, as divergências entre esses grupos foram aparentemente resolvidas em 1906, ano do “congraçamento” do PRP em todo estado. A partir desse momento, os Pires de Camargo voltam a participar do grupo dominante na política local enquanto o promotor Luis Pereira de Campos Vergueiro adere a essas forças políticas. Com o tempo, Nogueira Martins passa a liderança ao promotor Campos Vergueiro, que comandará a política efetivamente a partir de 1911 (Pinto, 2003, p. 86)

Por sua vez, o grupo *antivergueirista* era formado principalmente por comerciantes e pequenos empresários, que se aliam a Julio Prestes de Albuquerque, então presidente do Estado, para desalojar o *vergueirismo*. Prestes apoiava tão abertamente os *antivergueiristas* que, segundo efeméride publicada em um jornal local, pedia-lhes “que combatessem o vergueirismo, prometendo que nos daria um ginásio, uma escola normal e uma escola profissional” (*Cruzeiro*, 29/10/1989). De fato, um ano depois de implantado o Ginásio Municipal – então como escola privada -, começa a funcionar em Sorocaba a *Escola Profissional Fernando Prestes*, que ganha força atuando em cooperação com a Estrada de Ferro Sorocabana. Segundo alguns, teria sido o embrião do Senai, pois deu sustentação a Roberto Mange na implantação, em 1934, do Centro Ferroviário, de quem a escola profissionalizante mantida pelas indústrias herdaria “conceitos, técnicas e métodos, além dos valores humanos incorporados a seu quadro pessoal”, conforme um discurso pronunciado pelo então diretor do Conselho Nacional da Indústria, Fernando Fagundes Neto, nas comemorações feitas pelo jubileu de prata do Senai (OLIVEIRA, 1995, p. 19).

O farmacêutico João Machado de Araújo era a principal liderança do grupo de oposição aos vergueiristas. Sergipano de Aracaju, ele chegou a Sorocaba em 1907, recém-formado pela Faculdade de Farmácia e Medicina da Bahia. E além de farmacêutico, foi também um loteador imobiliário, segundo um cronista sorocabano, para quem Machado de Araújo, que chegou a ser eleito Juiz de Paz, sempre foi um opositor, conforme testemunho de um cronista local:

Ele promoveu importantes loteamentos na cidade, como a gleba da rua Santa Cruz que ia até o rio e que denominou Vila Amélia, em homenagem à esposa.. Em 1910, pela primeira vez foi candidato da oposição ao cargo de prefeito, apoiado pelo grupo do Dr. Braguinha, morto aqui na esquina do boulevard Braguinha. Houve fraude, os vencedores foram derrotados por apenas 15 votos. Interposto recurso ao

Supremo, foi o mesmo acolhido alguns anos depois, mas os mandatos já estavam extintos. (CAPUTTI Sobrinho, 1995, p.115).

Ao lado do farmacêutico e loteador urbano, estavam outros comerciantes. Simpliciano de Almeida, escolhido pela Câmara para o cargo de vice-prefeito de Machado em 1928, era um deles. Sorocabano, descendente de uma tradicional família de tropeiros, só cursou o *Grupo Escolar Antonio Padilha* – como vimos, a primeira escola primária pública da cidade – onde fez parte da primeira turma de formandos. Outro opositor, o também sorocabano Floriano Pacheco, era filho de uma tradicional família dedicada ao comércio de madeiras. Ele se formou em engenharia pela *Escola Politécnica*, mas em 1909, quando tinha 15 anos de idade, foi obrigado a deixar a cidade para fazer o curso secundário. “Quem queria prosseguir os estudos tinha que se mudar daqui”, recordou Pacheco em entrevista ao jornal *Cruzeiro do Sul* (13 abr. 1991, pág 3), relatando que, por força da resistência da corrente ligada à Luis Pereira de Campos Vergueiro, a cidade não tinha escolas secundárias. “Com seus 159 eleitores, concentrados em Salto de Pirapora – (n.a: então distrito, hoje município) – Vergueiro mantinha o controle político da cidade, conservando-se na eterna condição de deputado, embora sempre perdesse as eleições na sede”.

João Câncio Pereira, outro dissidente do PRP, não era ligado ao comércio nem por parentesco – seu pai era ferroviário –, mas tinha fortes laços com a indústria: foi por muito tempo um dos principais gerentes das indústrias Votorantim e, depois, da Matarazzo, entrando posteriormente no ramo de loteamento imobiliário. Ele também fez o curso primário no *Antonio Padilha* antes de formar-se técnico em Contabilidade.

Em 1927, quando Júlio Prestes de Albuquerque assumiu a presidência do Estado de São Paulo, a ala dissidente do Partido Republicano local foi fortalecida. Conforme o testemunho de Vicente Russo, adolescente na época, Prestes, além de ter uma irmã casada com um concunhado do farmacêutico, era “compadre” de Araújo e sempre estava em Sorocaba. “Da mesma família que dividia o poder com os Braguinhas na década de 10, Júlio Prestes torna-se inimigo dos Vergueiros e trabalha para derrubar o diretório”, relatou ele a um jornal local (CRUZEIRO DO SUL, 14/ ago. 1983, p. 12). Na opinião de Russo, caso não houvesse a Revolução de 30, Sorocaba teria sido bastante beneficiada pelo apoio do Presidente do Estado ao grupo antivergueirista: “Nessa ocasião, foram criadas três escolas secundárias: uma profissional, uma normal e o ginásio. Até então os filhos dos ricos iam estudar em São Paulo. Quando havia um ginásio, era só diurno”.

As causas dessa ruptura no PRP regional ainda estão por merecer um estudo mais aprofundado. Aqui o que vale é destacar que Vergueiro, seja pela forma de se manter no controle ou pelo método de agir, pode ser visto como uma representação do poder político que estava sendo posto em cheque no Brasil. E, contraditoriamente, ele entra em confronto com uma liderança estadual, Julio Prestes, que por sua vez representa, em dimensão nacional, a *política de governadores, o coronelismo*, enfim, a prática política que está sendo combatida no plano nacional.

Mas nem sempre os dois andaram em lados opostos. Como relata Bonadio em um dos capítulos do livro que resume sua tese sobre o impacto da atividade fabril no espaço urbano e na vida social (2004), em 1911, quando acusado pela morte a tiros de três operários, Vergueiro, que exercia o poder *com mão de ferro*, contou com a defesa de um jovem advogado, Julio Prestes, para safar-se do processo:

Era também acusado de recorrer à violência física contra os adversários. No livreto *As ocorrências de Sorocaba*, reproduzindo peças do processo, principalmente a defesa feita pelo jovem advogado Julio Prestes, mais

tarde eleito presidente da República, Vergueiro (São Paulo, 1911) tenta demonstrar que ele e seus correligionários nada tiveram a ver com a morte dos operários Lino Gonçalves, Gastão de Camargo e Belmiro de Oliveira, alcançados por parte dos “mais de 50 tiros de carabina, revólver e garrucha”, disparados contra os manifestantes que haviam acabado de passar em frente ao sobrado em que funcionava o jornal *Cruzeiro do Sul*. Apesar da veemência da denúncia do promotor José Olímpio Dias, ele e os demais denunciados, inclusive o diretor e redatores do jornal, sequer chegaram a ser pronunciados. (BONADIO, 2004, p. 258).

Júlio Prestes de Albuquerque foi o 13º presidente do Estado. Natural de Itapetininga, cidade vizinha a Sorocaba, era formado em Direito e advogava em São Paulo. Seu pai, o Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, foi o quinto presidente do Estado e, embora também advogasse, era fazendeiro e uma das principais lideranças rurais da região itapetiningana. Recebeu o título de *coronel* como integrante da Guarda Nacional, tornando-se posteriormente uma liderança política estadual por sua participação em defesa das tropas leais ao governo estadual durante a revolução de 1924, inserida no movimento *tenentista*. Foi deputado federal, ocupando a chefia do governo estadual entre 1898 e 1900, assumindo o lugar de Américo Brasiliense após este renunciar. Era o vice-presidente do Estado em 1926 quando, com a morte do presidente do Estado, Carlos de Campos, foi indicado para assumir o posto e, em uma manobra política, renunciou alegando motivos de saúde.

E assim, fiel ao estilo *coronista*, abriu espaço para a ascensão do filho. Mas preocupou-se em revestir seu gesto da mais completa legalidade pois, conforme relata Célio Debes em *Júlio Prestes e a Primeira República*, livro publicado em 1982 pela Secretaria Estadual de Cultura para homenagear o centenário de nascimento de Júlio Prestes

A constituição do Estado previa a assunção do governo pelo Vice-Presidente, nos impedimentos do Presidente, ou na vacância do cargo. Nesta última hipótese, aquele completaria o mandato deste. Mas, além de gerar, para si, o impedimento para disputar as eleições para o período subsequente afetava, com a inegibilidade, seus parentes, consangüíneos e afins, até o quarto grau, na forma do direito civil. Por outro lado, se ambos os cargos se vagassem, seria procedida eleição para o preenchimento dos dois, durando o mandato quatro anos. Dando-se por impedido, por motivo de saúde, para substituir Carlos de Campos, Fernando Prestes não só não comprometeu uma possível candidatura do filho, como deu azo para que se realizassem novas eleições presidenciais. (DEBES, 1982, p. 66)

De acordo com a obra, Júlio Prestes, o caçula do coronel e único homem entre quatro filhos, advogava em São Paulo quando, em 1909, foi indicado para assumir o Congresso Estadual, em substituição a Cândido Mota, eleito para o Congresso Nacional. Prestes foi representante do 4º Distrito Eleitoral, que tinha Itu como cabeça de sede e era formado por 24 municípios, mas nem todos subscreveram a indicação de sua candidatura, embora o representante do partido em Sorocaba o fizesse, ao lado de peerrepistas de Tatuí, Tietê e São Roque, entre outras. Candidato único obteve 6.247 votos.

Sua estréia na tribuna se verifica quando da discussão de um projeto sobre a construção e conservação de tapumes divisórios das propriedades rurais. “A matéria, como é óbvio, era de interesse direto de seu eleitorado” (DEBES, 1982:, p. 36).

Como pareciam ser também de interesse do seu eleitorado as poucas intervenções feitas por ele no campo educacional: em Itapetininga havia uma escola superior de Farmácia e de Odontologia, EFOI - que mais tarde, segundo historiadores locais, teria sido fechada por retaliações de Getúlio Vargas contra seu oponente – por cujo reconhecimento Prestes se empenhou, tendo um papel determinante na aprovação da lei 1.914, de dezembro de 1922, que estendia àquele estabelecimento as vantagens das duas *Escolas de Pharmácia* então existentes no Estado:

Acreditamos, portanto, ter sido fundamental a atuação e a influência do senhor Júlio Prestes não apenas na aprovação da lei que reconhecia a EFOI, mas em outros momentos determinantes da ida da Escola e dos caminhos da cidade, pois, a partir do seu pai, coronel Fernando Prestes, sucediam-se vantagens e progressos para a região de Itapetininga [...] (FERREIRA, 2004, p. 105).

Em sua atuação na Câmara estadual, destaca-se pela posição favorável a que o Estado assumisse a Estrada de Ferro Sorocabana – a companhia havia sido arrematada pela União, que queria vendê-la para empresas estrangeiras - e não se registram iniciativas relacionadas à educação, o mesmo acontecendo quando de sua passagem pela Câmara Federal, indicado por um dos quatro distritos estaduais paulistas em 1924.

A partir dos relatórios de seu governo, é possível inferir que durante o período em que exerceu a presidência do Estado suas iniciativas no campo educacional também não foram tão significativas. Nos balanços de governo apresentados no início de cada Legislatura, ele dedica mais espaço ao café, ao judiciário e às finanças. Cita, de passagem, a organização do ensino primário e a abertura de escolas profissionalizantes, mas não fala em números. No lançamento de sua candidatura à Presidência da República, associa a higiene e a instrução e classifica-as como questões geradas por outras condições existenciais, “portanto, a solução depende da prosperidade econômico-financeira do país”. (NAGLE, 1976, p. 108). Em sua plataforma para o Governo do Estado, anunciada em forma de entrevista publicada pelo *Correio Paulistano* de 25 de maio de 1927, o ensino é tratado em um curto tópico, no qual novamente são relacionadas de forma conjunta a instrução pública e a higiene. Ele defende o ensino primário gratuito e destaca a importância dos cursos profissionalizantes, mas nada diz sobre o ensino secundário. Portanto, o objeto da discórdia política com o grupo *vergueirista*, a instrução secundária, não aparecia entre as prioridades do governo de Júlio Prestes.

Mas ao interferir nos problemas do PRP sorocabano, Júlio Prestes sinalizava os rumos que a disputa iria tomar pois,

Como acontecia em outros lugares, as divisões verificadas no partido situacionista de São Paulo refletiam a interação de problemas e personalidades nos níveis local, estadual e federal, mas o controle do governo estadual era uma questão fundamental em cada uma das divisões. (LOVE, 1977, p. 53)

Tudo indica que, ao entrar nessa disputa, Prestes - que pouco depois venceria as eleições para a Presidência da República, mas não assumiria por causa do golpe da Aliança Liberal, que pôs fim à República Velha - se imiscuía numa luta eminentemente local: segundo Love, o PRP sofreu cisões em 1891, 1901, 1907, 1915 e 1924; portanto a cisão registrada em Sorocaba em 1927 foi um fato isolado na política estadual.

Com base nessas observações deslocamos nossa atenção a seguir para a caracterização da economia nas primeiras décadas dos noventa em Sorocaba.

3. Economia e forças sociais em Sorocaba.

Ponderamos que é a partir da indústria têxtil que o modelo industrial-urbano vai se impondo durante a Primeira República. E Sorocaba entrou na década de 20, como um dos redutos da indústria têxtil paulista. Expressão relevante desse contexto é a estatística da Secretaria das Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de fins de 1920 que registra que somente em três fábricas Estamparia, Santa Rosália e Santa Maria, - nas quais tinha participação o inglês John Kenworthy, que veio ao Brasil em 1878 para montar uma indústria em Minas Gerais e acabou ficando por aqui -, estavam empregados 8% do operariado em fiação e tecelagem de todo o Estado. Dos fusos e teares suas fábricas detinham, respectivamente, 12% e 11% do que havia em São Paulo (idem). Dos cinco maiores capitais, dois estavam em Sorocaba – Votorantim e Santa Rosália (RIBEIRO, 1988).

A presença da indústria têxtil na economia sorocabana no início do século passado pode ser constatada antes disso. Em 1907, um censo preparado pelo Centro Industrial Brasileiro revela que das 100 maiores manufaturas brasileiras quatro – F.Matarazzo, Votorantim, Oetterer, Speers & Cia e a fábrica de chapéus Souza Pereira – tinham raízes na cidade (DEAN, 1977, p. 260/263).

A história local registra a implantação de duas fábricas de tecidos em Sorocaba ainda no período da escravidão – e a falta de mão de obra livre chegou a ser apontada como uma das causas para o primeiro empreendimento não ser levado adiante. Tal fábrica foi implantada em 1852 por Manuel Lopes de Oliveira e instalada em uma chácara então conhecida popularmente como *Casa Amarela*. Seus teares e fusos eram de madeira e pouco durou como também teve duração efêmera a descaroadora de algodão que Oliveira tentou implantar ao desativar a fábrica.

Há controvérsias acerca dos motivos do malogro. O proprietário invocou a dificuldade na obtenção de matéria prima. A correspondência da Câmara a respeito do assunto afirma que tivera problema com mão de obra. Esta poderia ser de duas naturezas: carência de pessoal especializado, sobretudo para os níveis de direção ou, como ficou na tradição popular, revolta dos escravos, que teriam destruído os complexos mecanismos. (BONADIO, 2004: 100)

O prédio em que nasceu essa primeira tentativa de industrialização têxtil em Sorocaba ainda existe. Hoje abriga uma escola particular, mas ele abrigou sucessivamente o terceiro Grupo Escolar da cidade, *Senador Vergueiro*; a Escola Municipal *Dr. Achilles de Almeida*; uma escola do Sesi e, por fim uma unidade da Escola Municipal *Dr. Getúlio Vargas*. E como observa um estudo sobre a arquitetura local, o prédio, do começo do século XIX, “é o único exemplar de Sorocaba onde a senzala está preservada”. (PRESTES, 1999, p.113).

A segunda indústria foi fundada em 1882 por um imigrante português, o comerciante Manuel José da Fonseca, e essa sim perdurou beneficiada, entre outros fatores, pela existência, desde 1875, da Estrada de Ferro Sorocabana, criada para facilitar a exportação do algodão das zonas produtoras até o Porto de Santos.

Antes até do que a indústria têxtil, uma outra iniciativa é registrada pela historiografia local: a implantação da primeira siderurgia do Brasil, a Real, posteriormente Imperial, Fábrica de Ferro de Ipanema. Ela foi instalada em fins do século XVIII, tendo perdurado até 1895.

A siderúrgica de Ipanema tem um lugar destaque na história econômica do Brasil, entre outros motivos, por haver sido a primeira fábrica do País, nos termos em que a definem os estudiosos do processo produtivo, a saber, uma unidade de produção para o mercado, realizado fora das casas de seus trabalhadores, em edifícios pertencentes ao empregador e sob rigorosa supervisão deste. (HUBERMAN apud BONADIO, 2004, p.113).

Contudo, como observa o mesmo autor, apesar de sua longa existência, aquela fábrica do período colonial pouco teve influência no crescimento demográfico, urbanização ou vida social da vila, pois ficava um tanto distante da sede. Mas uma outra atividade também do Brasil Colônia vai marcar, além da indústria têxtil, da estrada de ferro e da cultura de algodão, presença na história econômica da Sorocaba republicana: o tropeirismo.

Iniciada com o ciclo de mineração, essa atividade transformou a cidade num dos principais entrepostos para a compra e venda de muares, animais utilizados como meio para o transporte de viveres e minério durante o auge daquela atividade econômica. E até 1897 foram realizadas na cidade as *Feiras de Muares* que, por cerca de 150 anos, acentuaram sua vocação mercantil e fizeram dela um centro de referência comercial. Mas podem ter feito mais do que isso.

Caio Prado Junior, em um estudo sobre a formação histórica do Brasil, ao abordar o sistema de transporte e comunicação durante o período colonial para tratar da importância das comunicações na construção da vida social, observa que foram duas as formas de interiorização do país. Uma, a partir das vias marítimas; outra, partido do interior. Nesse segundo caso, ele identifica quatro setores – o quarto e último, o do Extremo Sul, tem Sorocaba como ponto de partida, fazendo a interligação e integração do atual estado do Paraná, e penetrando Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Esse setor exerceu “modesta e obscura, mas talvez não menos significativa” função: o comércio de muares.

(...) Isso dava a Sorocaba, lugarejo pacato e amortecido a maior parte do ano, o aspecto animado e intenso de um grande centro bulhento e agitado. Enchiam-se as suas numerosas hospedarias; nas ruas e praças debatiam-se e se fechavam as transações; era um trânsito ininterrupto de homens de negócio e animais, que à noite dava lugar a não menos animadas diversões, em que o jogo, a bebida e a prostituição campeavam neste ajuntamento fortuito de tropeiros, mercadores, mulheres e aventureiros de toda classe, estimulados pelo lucro ou pelo deboche. (ABREU MEDEIROS apud PRADO JUNIOR, P. 237-254).

Já no período Colonial, portanto, Sorocaba vivia períodos de acentuado burburinho citadino, o que pode ter acentuado as características urbanas que vão marcá-la no início da República. Mas as Feiras de Muares também fermentaram as disputas políticas, conforme observa uma análise sobre a vida social em Sorocaba entre os séculos XVIII e XIX:

De uma maneira geral, as atividades mercantis de fazendas secas e de gados estavam nas origens das principais fortunas sorocabanas. (...) À diferença de outras vilas do oeste paulista, Sorocaba dispunha de um rentabilíssimo Registro (de animais) que seria fruto de intensas disputas entre grupos rivais de comerciantes locais. (BACELLAR, 2001, p. 121).

Por volta de 1820, observa esse autor, que utilizou técnicas e métodos de análise de Demografia Histórica em sua tese, os negociantes, sem abrir mão de suas atividades,

buscavam vínculos com a lavoura açucareira. Mas no final daquele século, era a ligação do comércio com a produção de algodão a principal atividade de acumulação de capital.

Ou, como analisa outro pesquisador, interessado no estudo da formação da classe operária local, a economia mercantil sorocabana:

expande-se de um mercado interno (nacional) com os negócios das feiras de muares, para a exportação do algodão, conseguindo assim, a ascensão de uma burguesia comercial ou mesmo agrário-comercial que não havia se destacado anteriormente dentro do tropeirismo (Silva, 2000, p. 58).

É possível, assim, constatar que a economia sorocabana, desde meados do século XIX, estava marcada por certa mentalidade urbana e industrial ancorada em uma política municipal pautada na garantia de privilégios aos residentes no município e na obtenção de renda sobre o comércio especulativo de comerciantes não domiciliados na região – donos das tropas negociadas nas feiras, submetidos a fortes taxações, segundo as conclusões de uma historiadora em sua dissertação sobre o crescimento da cidade no Império e os conflitos sociais advindos desse processo:

A regularização do espaço urbano nas últimas décadas, inclusive para condicionar a passagem e parada de tropas, as melhorias implementadas e a regulamentação dos usos da cidade apontavam para um modelo racional de vida urbana. A ferrovia era o grande símbolo dessa perspectiva, estimulando iniciativas ousadas de setores urbanos no caminho da industrialização. Não foi por acaso que o mesmo grupo que instalou a Companhia Sorocabana em 1870 organizou, no ano seguinte, uma sociedade anônima denominada “Indústria Sorocabana” para criação de uma grande fábrica de tecidos (BADDINI, 2002, p. 269).

Para alguns estudiosos, as condições naturais facilitaram a industrialização em sua fase inicial. Como constata Ribeiro, observando a predominância de fazendeiros de algodão ou café entre os fundadores das primeiras indústrias, as fábricas localizavam-se predominantemente nas zonas produtoras de algodão do interior do Estado, em cidades como Sorocaba, Salto, Itu, Tatuí, etc.

A grande disponibilidade de recursos hídricos e de quedas d’água na região sorocabana exerceu, por sua vez, forte influência na localização das primeiras fábricas, por facilitarem a obtenção de energia, através da construção de usina hidroelétrica. (RIBEIRO, 1986, p. 41).

Outra autora confirma essa vantagem da geografia regional na fase de industrialização, mas acrescenta outros fatores que teriam facilitado esse processo:

A industrialização que se processou na região de Sorocaba baseou-se, direta ou indiretamente, em fatores geográficos peculiares ao seu quadro natural e à sua evolução econômica. As bases geográficas que garantem a vida industrial de Sorocaba são: energia elétrica abundante e de fácil obtenção devido às particularidades do relevo e da drenagem; mão de obra numerosa e barata, que abandonou as zonas rurais empobrecidas, atraída pelas comodidades reais ou aparentes do centro urbano; tradição de atividades industriais regionais; possibilidade de concentração horizontal e vertical para algumas empresa em virtude de fontes de energia e de matéria-prima mineral nos terrenos que lhes pertencem, sem mencionar as vias de comunicação ferroviária e rodoviária que permitem

o fácil abastecimento das empresas em matéria-prima e o respectivo escoamento de sua produção. (SANTOS, 1999, p. 168)

Em 1920, Sorocaba era uma das 265 cidades brasileiras, 34 paulistas, que contabilizavam mais de 30 mil habitantes (RODRIGUES, 1997, p. 22). Como mostra Santos, se ainda naquele ano a população rural e urbana estavam em equilíbrio, pouco mais de uma década depois o total de moradores na cidade passava já dos 57% (SANTOS, 199, ps. 105-106). Esse crescimento demográfico e crescente urbanização também dirigiram as transformações das instituições, observa Florestan Fernandes:

Os novos habitantes traziam consigo outros estilos de vida, transplantados de diferentes regiões do país ou de terras estrangeiras. Contudo, os antigos moradores ou grupos leais a seus interesses e a seus valores sociais conseguia manter as posições dominantes na estrutura do poder. [...] O sistema institucional se renova sob a interferência persistente de forças conservantistas, que operavam principalmente através da família, da igreja e do governo. No entanto, a proletarização dos moradores pobres, nativos ou estrangeiros, concorria para intensificar os efeitos da urbanização na desintegração cultural (FERNANDES, 1975, p. 304)

Além disso, havia a mudança provocada pelo próprio processo de industrialização em curso. Depois de destacar que a fábrica implantada por Manuel José da Fonseca em 1882 havia sido um marco para a cidade, Baddini afirma que a iniciativa valorizou o setor urbano. Entre 1883 e 1887 foram organizadas novas fábricas de pequeno ou médio porte, destinadas à produção de bens de consumo, tais como calçados, chapéus, massas, colchões, cerveja. Também nessa década, motivada pelo impulso industrial, a cidade passou a receber imigrantes italianos, atraídos pela possibilidade de explorar o comércio urbano. “Sorocaba projetou-se, a partir da inauguração da fábrica em 1882, como centro de produção têxtil da província” observa ela, notando que:

a imprensa da época mostra o maior dinamismo da população e a crença no progresso local através da indústria. Poucos anos antes, ela lamentava o torpor dos sorocabanos; agora, destacava e valorizava toda iniciativa na manufatura ou indústria local. (BADDINI, 2002, p. 270).

A Primeira República, assim, vai encontrar Sorocaba entre as cidades brasileiras que apresentam um adiantado processo de urbanização, comércio e industrialização em relação a outras regiões do país. E isso pode ter atraído para a cidade, já no início do século XX, alguns imigrantes que acabaram se tornando referência na história da industrialização brasileira, como Francesco Matarazzo, Pereira Ignácio e Francesco e Nicola Scarpa.

“Entre as grandes fortunas amealhadas durante a guerra constam a do português Antônio Pereira Ignácio e a do italiano Nicola Scarpa, que entraram nos anos de conflito em especialíssimas condições de concorrência no mercado têxtil”, informa a revista *IstoÉ Senhor*. “Fabricante de calçados na Região de Sorocaba, Ignácio percebera o grande horizonte da indústria têxtil se ela fosse associada a uma sólida produção de algodão nos cerrados do centro do Estado”. (ISTOÉ SENHOR, 1990, p. 30)

Nicola e o pai, Francesco Scarpa, fizeram fortuna na cidade a partir de uma atividade comercial – fundaram um armazém de secos e molhados em 1880. No início dos anos 20, em sociedade com Antonio Pereira Ignácio, tornaram-se proprietários de um grande número de descaroçadores de algodão, até passarem a industrializá-lo. Antes disso,

Nicola e Pereira Ignácio assumiram, em 1918, a gerência da fábrica de tecidos Votorantim e arremataram posteriormente os bens da massa falida. Desfeita a sociedade, Ignácio ficou com a fábrica e em colaboração com o genro, José Ermírio de Moraes, deu início à produção de cal e cimento e assim foi constituído aquele que é considerado hoje um dos maiores grupos privados do Brasil, a Indústrias Votorantim.

Francesco Matarazzo começou com um pequeno empório em Sorocaba, onde posteriormente dedicou-se ao comércio de banha, negócio que seria o embrião das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, que mais tarde englobariam uma infinidade de fábricas, de todos os ramos de artigos de consumo diário, conforme a *Revista Istoé Senhor*

Também é nessa ocasião que se vai produzir a construção da imagem de Manchester Paulista. A expressão foi utilizada a partir de 1905, depois de uma visita do superintendente da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ytuana (E.F.U.S.Y), Alfredo Eugenio de Almeida Maia, para inaugurar um melhoramento da empresa. Ele usou em seu discurso a expressão *Manchester Brasileira*, mas a referência àquele centro fabril britânico foi incorporada ao imaginário sorocabano, fazendo com que o setor têxtil acabasse “sendo o grande responsável pela imagem de modernidade em Sorocaba. (PINTO, 2003, p. 93).

Não foi uma apropriação isolada. Moradores de algumas outras cidades também reivindicaram para si tal denominação, mas ela vem a calhar bem para uma Sorocaba que ainda se recuperava de duas seguidas epidemias de febre amarela, em 1897 e 1900, e precisa ver sua pujança reconhecida:

Tomado como um grande símbolo, uma síntese que representava o progresso da cidade, o discurso do presidente da Sorocabana alcançou grande repercussão entre os moradores que pretendiam construir uma imagem moderna para o seu centro urbano. O superintendente Alfredo Maia contribuiu, e muito, para que as elites locais pudessem defender a capacidade de desenvolvimento sócio-econômico de Sorocaba. (p. 92)

Se no início do século XX Sorocaba era chamada de *Manchester Paulista*, em meados da década de 20 do mesmo século, o imaginário fabril, segundo Paulo Celso da Silva, a reconstruía como uma *Moscov Brasileira*: a organização operária chega a ser acusada, por alguns historiadores, como responsável pelo ligeiro declínio da economia têxtil local nos primeiros anos da década. Mas é por esse período que começam a se fazer sentir na economia brasileira os prenúncios “do choque inevitável entre o progresso capitalista na cidade – produção industrial – e as relações semi-feudais predominantes no campo” (BASBAUM, 1997, p. 100)

A oposição capital e trabalho, portanto, também fica explícita na história republicana. Em 1919, o Centro de Industrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo passa a adotar uma medida de controle do operariado que começara a ser empregada em Sorocaba. “Nas fábricas sorocabanas todos os operários antes de se apresentarem ao emprego passavam pela Delegacia Regional de Polícia para a elaboração de sua ficha” relata Maria Alice Ribeiro, observando que em telegrama enviado à redação do jornal *d’A Plebe*, um grupo de operários denunciava a prática, protestando porque “até o final do mês estarão concluídas 6 mil fichas que serão encaminhadas ao Gabinete de Investigação da Capital que, por sua vez, dirá se há alguma coisa que abone o identificado”. (RIBEIRO, 1986, p. 89).

O capital se articulava de um lado – 10% das empresas ou empresários que assinaram a ata de fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo tinham ligações com Sorocaba. E o trabalho, de outro: quase 25% da população, de 43.488 habitantes, era operária, segundo os Dados Gerais do Estado.

Os operários da fábrica Votorantim, em número de 2.800, se acham em atitude hostil por falta de pagamento. Segundo alegam, há três meses não recebem seus salários e caso o pagamento marcado para hoje não seja feito, será declarada a greve geral (ISTOÉ/SENHOR, 1990, p. 47).

Essa articulação do trabalho para fazer frente à opressão do capital também acompanha a economia local. Desde o final do século XIX, com a chegada dos imigrantes, é possível constatar esse fato.

A organização de sociedades criadas originalmente para a montagem de esquemas de socorro para os trabalhadores em caso de necessidades, como doença, por exemplo, acabaram originando as associações de trabalhadores com finalidades mais amplas, “como questionar a duração da jornada de trabalho e a remuneração dos assalariados” (BONADIO, 2004, p. 252).

Em 1897 tenta-se implantar na cidade um núcleo do Partido Socialista; em 1902 constitui-se a primeira Liga Anarquista. Entre 1909 e 1913 circula o Jornal *O Operário*, que nasceu para auxiliar os trabalhadores na luta por redução da jornada, melhores salários e contra os abusos do capital. Em 1917, registra-se a maior greve:

A 16 de julho, todos os operários têxteis entraram em greve. O comércio fechou suas portas. Vieram 60 praças da Capital. O Tio-de-Guerra auxiliou o policiamento. A 17 já alguns voltavam ao trabalho. Os patrões reuniram-se e acharam justas as reivindicações, atendendo-as imediatamente (ALMEIDA, 2002, p. 397).

Pelo que foi exposto, fica evidenciado que Sorocaba, no campo político, econômico e social, reproduz o momento de transição vivido pela sociedade brasileira. Politicamente tem o *caciquismo* posto em xeque por um grupo formado, sobretudo, por comerciantes identificados com a *modernidade e o progresso e ideais liberais nacionalistas*. Economicamente, é um centro industrial, que reproduz a nova face do capital que, por sua vez, começa a enfrentar o antagonismo intrínseco nessa forma de relação de produção. É no final dos anos 20 do século passado que essa fase de transição se faz sentir de forma mais aguda.

Dessa perspectiva no campo da educação que nacionalmente vai deslocando o debate do terreno político para o técnico criavam-se em Sorocaba, a nosso ver, as condições históricas que anunciavam o surgimento do primeiro ginásio público.

Referências.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *Instrução pública no Estado de São Paulo. A reforma de 1920*. São Paulo: FAE/USP, 1976.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial. Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no império – comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*, 6^a ed. São Paulo: Alfa Omega, 1997. v. 2

BONADIO, Geraldo. *Sorocaba: a cidade industrial (Espaço urbano e vida social sob o impacto da atividade fabril)*. Sorocaba, SP, Linc, 2004

CAPUTTI SOBRINHO. *Minha terra, minha gente. Crônicas*. Sorocaba, SP, FUA, 1995

CORREIO DE SOROCABA, Sorocaba, SP, edições de 1927, 1928 e 1929

CRUZEIRO DO SUL. Sorocaba, SP, Fundação Ubaldino do Amaral, março-junho 1986, 1977

DEBES, Célio. *Julio Prestes e a Primeira República*. 1ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982

DIÁRIO DE SOROCABA, Sorocaba, SP, Diário de Sorocaba Jornal e Editora, 1998.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difel, 1974

FERREIRA, Cesário de Moraes Leonel. *Uma história da Escola de Farmácia e de Odontologia de Itapetininga: retaliações de Getúlio Vargas à terra de Julio Prestes?* Itapetininga, SP, Via Sete Editorial: 2004

ISTOÉ. SENHOR. *São Paulo 110 Anos de Industrialização – 1880-1913*. São Paulo, Editora Três, 1990. v. 1

LOVE, JOSEPH. *Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação Brasileira, 1889-1937*. In FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Difel, 1997 v. 8

MENON, Og Natal. *Educação em Sorocaba de 1768 a 1920*. In *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, SP. V. 23-24 1998

NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República* In FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Difel, 1997, v. 9

_____. *Educação e sociedade na Primeira República*. 1ª reimp. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1972

PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba*. São Paulo: ProEditores, 1999

PROJETO MEMÓRIA. *Documentos sobre a história de Sorocaba*. Disponível em <<http://www.Cruzeironet.com.br>>. Acesso em 18 mar. 2003

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930)*. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1988

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira. A organização escolar*. Campinas SP: Autores Associados, 2000

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Teresópolis RJ: Vozes, 1978

SLENES, W. Robert. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In ----- *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, v. 2

SILVA, Paulo Celso da. *De novelo de linha a Manchester Paulista*. Sorocaba: Projeto Linc, 2000,

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOROCABA, 350 anos. Uma história ilustrada. Suplemento de: Cruzeiro do Sul, Sorocaba, SP, ago. 2004

SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 02 Set 2006.

Recebido em: agosto/2007

Aprovado em: setembro/2007